



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2022**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022 - RP Nº 002/2022**

**OBJETO:** Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoas físicas e/ou jurídicas especializadas para prestação de serviço de Transporte Escolar em atendimento aos alunos da rede pública de ensino do Município de Conselheiro Lafaiete, conforme especificações relacionadas no item 18 e Anexo I do edital.

### RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

#### I. Relatório

Trata-se de impugnação interposta por ALESSANDRO JOUBERT LANA DE SOUZA, protocolizada no Setor de Licitação no dia 10/02/2022, às 14:33h (Processo Externo nº 2050/2022) em relação aos termos do Edital do Processo Licitatório nº 003/2022, Pregão Presencial nº 003/2022, Registro de Preços nº 002/2022.

A impugnação é focalizada em relação às disposições constantes do item 18.2 do Edital, de acordo com o qual se restringe às pessoas jurídicas e cooperativas a prerrogativa de participação/disputa no tocante às rotas para transporte escolar licitadas sob itens 03 e 04, em virtude das disposições do Decreto Estadual nº 48.241, de 30/07/2021, e das exigências relativas à Autorização para Transporte Fretado – ATF emitida pelo DER/MG.

Sustenta o Impugnante, em suma, ser equivocada tal restrição no tocante ao item 04 (Transporte de alunos em área rural, da localidade de Buarque de Macedo, para as escolas da rede municipal de ensino de Conselheiro Lafaiete), ao fundamento de que "(...) Buarque de Macedo pertence ao município de conselheiro Lafaiete e parte da rota ser feita pela BR 040 não a torna intermunicipal pois o trecho em que percorre a BR 040 esta dentro do município de conselheiro Lafaiete"(sic).

Ao final, pleiteia-se o acolhimento da Impugnação, com a retificação das disposições editalícias impugnadas, notadamente para que passe a ser permitida a participação de pessoas físicas em relação à rota/item 04.

Feito o breve relatório, passa-se à análise e julgamento da impugnação.

#### II. Do exame de admissibilidade da impugnação

De acordo com o item 11.1 do Edital, as impugnações aos termos do instrumento convocatório poderão ser interpostas por qualquer licitante ou cidadão, mediante protocolo presencial ou via postal, no prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, conforme estabelece o artigo 12, do Decreto Municipal nº 261/2007.

A sessão de abertura do Pregão Presencial encontra-se designada para o dia 14/02/2022, às 09:30h, sendo esta a data fixada para recebimento das propostas.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

A impugnação em apreço foi protocolizada no Setor de Licitação no dia no dia 10/02/2022, às 14:33h (Processo Externo nº 2050/2022), impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse do impugnante no manejo da Impugnação, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital e, segundo acima detalhado, da tempestividade, conhece-se da presente Impugnação.

### III. Do mérito da Impugnação

O julgamento da impugnação consiste em verificar se há restrição indevida à participação de pessoas físicas em relação à rota/item 04, considerando-se as disposições do Decreto Estadual nº 48.241, de 30/07/2021, e as exigências relativas à Autorização para Transporte Fretado – ATF emitida pelo DER/MG.

O presente processo licitatório tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoas físicas e/ou jurídicas especializadas para prestação de serviço de Transporte Escolar em atendimento aos alunos da rede pública de ensino do Município de Conselheiro Lafaiete, conforme especificações relacionadas no item 18 e Anexo I do edital.

Dispõe o instrumento convocatório em relação ao tópico impugnado, observadas as informações<sup>1</sup> disponibilizadas no item 2 do Anexo I - Termo de Referência, pela Secretaria Municipal de Educação:

*“18.2. As rotas 03 e 04, por se tratarem de serviços de transporte intermunicipal, tendo em vista que haverá trajeto na BR040, implicam exigência pelo DER/MG de cadastro do transportador junto àquele Órgão, para emissão da Autorização para Transporte Fretado. Portanto, serão destinadas exclusivamente à participação de Pessoas Jurídicas e Cooperativas, nos termos da legislação específica do DER/MG.”*

No que diz respeito especificamente à rota/item 04<sup>2</sup>, a alegação do Impugnante é no sentido de que a rota não seria intermunicipal, e via de consequência, implicaria em necessidade de Autorização para Transporte Fretado – ATF emitida pelo DER/MG.

A Lei Estadual nº 23.941, de 24/09/2021, que estabelece normas para a prestação de serviço de fretamento de veículo de transporte coletivo para viagem intermunicipal e metropolitana e dá outras providências, preconiza em seu arts. 1º e 2º:

*“Art. 1º A prestação de serviço de fretamento contínuo ou eventual de veículo de transporte coletivo para a realização de viagem intermunicipal*

<sup>1</sup> **Tópico 2 do Anexo I – Termo de Referência:** “As rotas 3 e 4 serão intermunicipais, tendo em vista que haverá trajeto na BR 040.” (destacamos).

<sup>2</sup> Transporte de alunos em área rural, da localidade de Buarque de Macedo para as escolas da rede municipal de ensino de Conselheiro Lafaiete.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

e metropolitana depende de autorização do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER-MG.

*Parágrafo único. A autorização a que se refere o caput tem caráter precário, personalíssimo, intransferível e temporário.*

*Art. 2º A autorização a que se refere o art. 1º será concedida para pessoa jurídica, permitida empresa de qualquer porte ou cooperativa, e deverá ser precedida de cadastro do requerente, do condutor e do veículo, nos termos de regulamento.” (destacamos)*

Noutro passo, o Decreto Estadual nº 48.241, de 30/07/2021, disciplina a autorização para prestação de serviço de transporte de passageiro, não aberto ao público, caracterizado como fretamento contínuo ou eventual, corroborando com a necessidade de autorização do DER/MG para a prestação de serviço de transporte fretado intermunicipal de passageiros (vide arts. 1º e 2º).

Pois bem. Os processos licitatórios são instrumentos jurídicos que objetivam garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mediante julgamento objetivo e vinculado ao instrumento convocatório. Impõe-se, portanto, nos termos do inciso I do art. 40 da Lei nº 8.666, de 1993, que o objeto licitado seja descrito no edital de forma clara, precisa e sucinta, tendo em vista que a Administração, na fase de julgamento das propostas, não poderá adotar critérios que não estejam previstos expressamente no ato convocatório.

Importante ressaltar que na fase interna da licitação, a definição do objeto licitado e de suas especificações técnicas consubstancia competência discricionária da Administração Pública, cujo exercício encontra limites no princípio da proporcionalidade, nos princípios estampados no art. 3º da Lei nº 8.666/93, e na própria finalidade do procedimento licitatório.

A esse respeito, Marçal Justen Filho disciplina que:

*“(…) é perfeitamente cabível o ato convocatório adotar cláusulas restritivas da participação. Não há impedimento à previsão de exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas. O que se veda é a adoção de exigência desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar ou prejudicar alguns particulares.*

*Portanto, a invalidade não reside na restrição em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação e com os critérios de seleção da proposta mais vantajosa. (...) A incompatibilidade poderá derivar de a restrição ser excessiva ou desproporcionada às necessidades da Administração. Poderá, também, decorrer da inadequação entre a exigência e as necessidades da Administração.” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª. ed. São Paulo: Dialética, 2012, p. 80/81)*

A definição do objeto a ser licitado é responsabilidade do gestor, dentro do limite de discricionariedade albergado pelo direito (TCU 012.670/2010-3).



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Consta expressamente do Termo de Referência, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, a informação no sentido de que “As rotas 3 e 4 serão intermunicipais, tendo em vista que haverá trajeto na BR 040.” (vide Tópico 2 do TR).

A definição das rotas licitadas é de competência e discricionariedade da Secretaria solicitante, sendo mister a observância das formalidades aplicáveis à prestação de serviços, sob pena de caracterização de transporte clandestino/irregular. Noutro passo, considerando que a execução do serviço de transporte implicará, nas rotas indicadas no Termo de Referência, tráfego na rodovia federal e, sobretudo, cumprimento de viagens/trajetos intermunicipais, para atendimento às necessidades diversas dos alunos da rede pública municipal de ensino, a ser devidamente comunicada aos fornecedores quando da prestação de serviço, a improcedência da Impugnação é medida que se impõe.

Inexistindo ilegalidade na exigência da Autorização de Transporte Fretado – ATF para a prestação de serviço de fretamento de veículo de transporte coletivo para viagem intermunicipal, e considerando que tal autorização é concedida exclusivamente para pessoa jurídica, nos termos do art. 2º da Lei Estadual nº 23.941/2021, não há que se falar em restrição indevida à competitividade no itens 03 e 04, em decorrência à vedação de participação de pessoas físicas, descabendo modificação do Edital no ponto impugnado.

### IV. Conclusão

Diante do exposto, o Pregoeiro resolve:

- a) Conhecer a Impugnação interposta por ALESSANDRO JOUBERT LANA DE SOUZA para, no mérito, negar-lhe provimento.
- b) Dar ciência ao Impugnante acerca do inteiro teor desta decisão, via e-mail, publicando-se no site oficial do Município de Conselheiro Lafaiete a ata do julgamento.

Conselheiro Lafaiete/MG, 11 de fevereiro de 2022.

  
Alisson Dias Laureano  
Pregoeiro